

O Sr. Adriano Diogo - Companheiro Aldo Rebelo, estranhamente, neste momento, a saída encontrada é a união das forças progressistas e de esquerda, danossa terra. O P.S.D.B., o Partido da Social Democracia Brasileira, através de seu candidato à Presidência da República, em entrevista concedida à imprensa deste país, atribui ao P.T., ao P.C. do B. e em forças aliadas, e ao P.D.T., a principal fonte de combate político desse partido.

Os Senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, que sempre pousaram como democratas progressistas, saem estranhamente à caça dos nossos partidos, tentando viabilizarem-se como alternativa de centro. Essa fraqueza ideológica e a falta de posições vêm minando esse partido. Poderão trazer graves prejuízos a esse momento histórico que vivemos, semelhantes aos trazidos pela social democracia na Alemanha, antes do advento do III Reich. Essa é a contribuição patética de um partido que se pretende social-democrata, que não é nem socialista e muito menos democrático.

Muito obrigado.

O SR. ALDO REBELO - Muito obrigado, nobre Vereador Adriano Diogo. Temos confiança de que, provadas nas lutas pela liberdade e pela soberania de nosso país, as correntes avançadas e as forças progressistas saberão apenas res ponder à direita e aos conservadores. Mas saberão, também, Companheiro Adriano Diogo, derrotar as falsas correntes de centro-esquerda que, pavoneando-se pelo País todo como defensores da liberdade e da democracia, pouco a pouco, lentamente, vão afundando também no pantano do conservadurismo. E terminam sendo também elas prisioneiras das armadilhas da reação e das forças conservadoras, que não são articuladas para esses noivos da luta democrática e popular.

Gostaria de destacar, Sr. Presidente, nobres Vereadores, que a batalha eleitoral de 15 de novembro exige a unidade das forças progressistas, não apenas porque se faz necessário vencer num primeiro turno; não apenas porque se faz necessário criar um amplo movimento de opinião pública para se ganhar no segundo turno. Mas se faz necessário, acima de tudo, porque um governo que tenha como base um programa popular, um programa de defesa dos interesses nacionais, um governo desse tipo terá que dobrar, subjugar interesses muito poderosos, em nosso país.

Sabem os senhores que mesmo fazendo campanha eleitoral em cima dos tamboretas da Coca-Cola, mesmo sendo homem de confiança das oligarquias financeiras da Argentina, o Sr. Alfonsín não mereceu e continua não merecendo o respeito da casta armada, das forças armadas daquele país.

No nosso país, essas forças armadas, de tradição autoritária e elitista, suscitam dúvidas de que, a não ser com base num grande movimento de pressão popular, queiram obedecer ao Presidente da República eleito pelo voto popular para cumprir um programa popular.

Sabemos também o quanto será difícil subjugar, colocar um bridade e uma focinheira nos assassinos de Chico Mendes, de Paulo Fontelle e de tantos outros mártires da luta pela Reforma Agrária. Se essa gente não admite que se defenda meia-dúzia de seringueiras, não admitirá facilmente que se extinga o seu poder de classe, que se extinga a sua força de classe. Porque os latifundiários sabem que se as terras improdutivas que têm em mãos não produzem feijão nem arroz, produzem presidentes da República, produzem senadores, produzem deputados, produzem prefeitos que dão ao latifúndio essa força colossal, que permitem o assassinato impune de líderes camponeses e defensores da Reforma Agrária.

Nós sabemos também que um Presidente eleito com um programa popular irá enfrentar os interesses cartoriais dos banqueiros nacionais e estrangeiros. Essa máfia que lucra com todos os planos, que desconhece fronteiras, que desconhece governos e que desconhece leis, está mais uma vez tirando proveito desse "Plano Verão". Um governo popular irá enfrentar as multinacionais, os interesses daqueles que pagam apenas 22 minutos por 8 horas de trabalho de um operário, nas metalúrgicas de São Bernardo do Campo; irá enfrentar os interesses daqueles que ganharam com a dívida externa, daqueles que têm 15 bilhões de dólares depositados na Suíça, em conta de pessoa física, enquanto nosso país afunda na miséria, na fome e no desespero. Temos consciência, companheiros Vereadores do Partido dos Trabalhadores, do Partido Comunista Brasileiro, do Partido Socialista Brasileiro, do Partido Democrático Trabalhista e tantos outros que se somam nesta batalha, pois ou o povo será forte, ou o povo estará unido, ou, mais uma vez, teremos um Presidente sucumbindo à desmoralização, como Getúlio Vargas; banido do País, como Jango Goulart; ou simplesmente submisso aos interesses dos poderosos, como José Sarney. Não, não é um Presidente amarelo, tímido e submisso que queremos. Queremos um Presidente da República forte, mais forte com a força do povo e não com as forças das balonetas, mais forte com a força dos trabalhadores e não com o apoio das multinacionais e dos banqueiros. E para que isto aconteça, a palavra de ordem é a unidade do povo, a unidade das correntes progressistas, é a unidade das forças patrióticas, é a unidade daqueles que querem um Brasil livre, democrático, justo, popular e que possa marchar para transformações profundas na nossa sociedade. É isto que queria dizer, Sr. Presidente, em nome da liderança do Partido Comunista do Brasil, desta Casa.

O SR. JUCELINO SILVA NETO - (Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, quando assumimos este governo já sabíamos que não ia ser tranquilo. Então, não es tranhemos o que venha a acontecer a nível de alguns interesses atingidos.

O nosso companheiro Adriano Diogo disse que se compromete a estudar os casos das pessoas que foram demitidas de alguns órgãos para ver se houve alguma injustiça, afim de corrigi-la. No entanto, gostaríamos de dizer que para cada 91 cidadãos paulistanos existe um funcionário público.

Vocês acham que é possível que em cada 91 cidadãos paulistanos um preste serviço ao Governo? Como poderá haver dinheiro para fazer as obras necessárias? Há mais um fator que obriga a Prefeita Luíza Erundina a fazer demissões: foi aprovada uma lei que diz que tem que haver mais de 100 cidadãos para cada servidor público.

Então, por que não estamos contra a lei? Porque esses funcionários foram contratados pelo governo anterior e agora somos obrigados, na medida do possível - porque boa parte dos funcionários públicos tem o seu emprego garantido - a demitir até por força de lei, e não apenas por vontade pessoal; a lei nos obriga a isso.

A Prefeita tem feito um estudo criterioso para não cometer injustiça, mas a lei a obriga, na medida do possível, a dispensar funcionários.

Essa máquina inchada que existe não é culpa dos funcionários; pelo contrário, o funcionário público é vítima. Boa parte dos funcionários públicos só tem encargos, pois recebem salários muito baixos. E não se pode pagar mais porque existe um limite de parcela, no Orçamento do Município, que é destinada ao pagamento dos funcionários públicos e a Prefeita não pode ultrapassar esse limite.

Portanto, também por aí o funcionário público fica ganhando um salário miserável, quando, na verdade, poderia procurar um emprego em que houvesse mais campo para progredir.

Mas a culpa não é da Prefeita Luíza Erundina, que está lá muito pouco tempo na Prefeitura da cidade de São Paulo, a culpa é, sim, da demagogia que impera no nosso país.

Essa demagogia vem da época em que o prefeito era escolhido indiretamente, e continua, até hoje, com os prefeitos eleitos pelo povo.

Precisamos começar a limpar a Casa!

Achamos que é contraditório quando lemos nas manchetes dos grandes jornais, da nossa Capital, condenação das demissões que estão sendo feitas pela Prefeita Luíza Erundina, de funcionários ociosos. Ao mesmo tempo, em desses jornais, lemos também que é preciso diminuir o tamanho da máquina administrativa, pois a máquina está inchada. Se não existirem demissões não poderemos desinchar a máquina, isso é óbvio! São matérias contraditórias.

Pior do que isso, muito mais contraditória ainda, é a posição assumida por alguns Srs. Vereadores, que se dizem progressistas. Esses Srs. Vereadores sabem, muito bem, que para que a máquina administrativa funcione, são necessários cargos de confiança, e que todo governo se utiliza desse sistema. E esses tais progressistas, que se dizem progressistas, aliam-se a quem lhes der mais manchetes nos jornais. Esses mesmos Srs. Vereadores, sentindo-se ofendidos em sua honra, disseram num jornal o seguinte: "entramos na Justiça!". Pois podem entrar! Eles sabem muito bem que a Sra. Prefeita Luíza Erundina não cometeu sequer uma ilegalidade. Se explicarmos um caso desses para uma criança, que entrou na escola há poucos dias, ela entende rá! Mas, ao contrário, esses Srs. Vereadores têm a coragem de ir até a imprensa e dizer que irão entrar na Justiça! Ora, Srs. Vereadores, ditos progressistas, isso é ridículo! As pessoas que foram nomeadas pela Sra. Prefeita são para cargos de confiança. Isso é uma balela! Isso é um populismo de última hora! Esses atos estão sendo cometidos pela bancada do P.S.D.B.! Para essas pessoas interessa estarem na primeira página de qualquer jornal, custe o que custar! Quer seja um jornal de extrema-direita ou de extrema-esquerda, mas, o que importa é estarem nos jornais, através de demagogia barata! Demagogia barata do P.S.D.B.!

Aliás, estranho muito um jornal da Capital estar constantemente, como se fosse um desastre nuclear, colocando na primeira página um tal de P.S.D.B. Essa é uma coisa que estranho muito, porque não entendo muito bem do aspecto jornalístico, da necessidade de vender jornal. Quero até conversar com os bons amigos que tenho nessa profissão para entender por que motivo acontecem episódios como esse.

O país precisa começar a mudar e há uma forma que es colhemos para começar essa mudança: a disputa de eleições. Escolhemos porque até pouco tempo eu não acreditava nessa forma, mas os fatos mostraram-me que é possível mudar por aí. Mas é necessário saber usar esse caminho com dignidade.

O Sr. Adriano Diogo - Nobre Vereador Jucelino Neto, conhecendo o seu trabalho na zona Leste, há mais de 15 anos, como toda a família dos irmãos metalúrgicos, nos da bancada do Partido dos Trabalhadores, sabemos que V.Exa., como suplente de Vereador na outra legislatura e no fim dela assumindo o cargo, tem inserção nos movimentos.

Sou testemunha da luta que V.Exa. - juntamente com outros companheiros - empreendeu quando da demissão de milhares de funcionários por motivos políticos, funcionários esses que estavam nas suas funções. Esse será o objeto do nosso ato de hoje à noite, nesta Câmara, de readmissão dos funcionários punidos na antiga administração. Com todo respeito, apoio as suas colocações.

O SR. JUCELINO SILVA NETO - Sr. Presidente, quero concluir dizendo que, de fato, o nobre Vereador Aldo Rebelo colocou claro; somente a sociedade brasileira organizada é capaz de disputar e pôr ordem neste país, contra as forças conservadoras.

O SR. HENRIQUE PACHECO (Por cessão da metade do tempo do Sr. Jucelino Silva Neto) - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, venho à tribuna em face de inúmeros pedidos formulados pelo Movimento de Defesa dos Favelados da região episcopal Belém e das lideranças da favela Saquarema, onde grande parte - ou quase a totalidade dos moradores se encontra hoje residindo no conjunto habitacional localizado do na Rua Cintra Godinho, na região de Vila Prudente.

Faço essa intervenção no sentido de solicitar a ELETROPOL informações sobre a viabilidade de um parcelamento de custo da eletrificação desse conjunto habitacional.

Causa surpresa o fato de que esses companheiros da favela Saquarema, durante o governo do Sr. Jânio Quadros tiveram que enfrentar inúmeras dificuldades para conseguirem - apesar de serem proprietários dessa área localizada junto à Rua Cintra Godinho - edificar ali o seu conjunto habitacional, em função da pressão política do ex-líder do governo Jânio Quadros, que hoje exerce o cargo de Conselheiro no Tribunal de contas, o Sr. Eurípedes Sales. Rebelando-se e lutando contra o governo Jânio Quadros, a duras penas, conseguiram esses companheiros da favela Saquarema edificar ali as suas moradas. E hoje não conseguem mudar da favela para o conjunto habitacional porque a ELETROPOL - que gasta milhares e milhares de cruzados novos em anúncios veiculados pelas rádios, anunciando a sua disposição de cobrir abusos de seus funcionários, ou anunciando a eletrificação de novas áreas - não pode atender pedido daqueles moradores nem atender pedido da própria SEHAB - Secretaria da Habitação do Município, de efetuar o parcelamento da quantia de vinte e cinco mil cruzados novos, o que impede que cerca de cento e quarenta e cinco famílias possam se transferir, em definitivo, da favela para esse conjunto.

Então, desta tribuna, quero fazer um requerimento para que desta Casa sejam enviadas as notas taquigráficas desta minha intervenção, no sentido de solicitar a Superintendência da ELETROPOL, através da Sra. Odete e do Sr. Eliseu Gabriel, que respondem pela assessoria daquela Superintendência, informações sobre a viabilidade de serem aceitos os pedidos, já formulados, de parcelamento dessa dívida, no valor de vinte e cinco mil cruzados novos, em oito parcelas, o que permitiria, de imediato, que cento e quarenta e cinco famílias, moradores da favela Saquarema, deixassem ali seus barracos e pudessem, de forma definitiva, ocupar as moradias que a duras penas, no governo Jânio Quadros conseguiram edificar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - A Presidência defere o pedido de V.Exa.

O SR. JÚLIO CÉSAR FILHO - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, ciente de que um dos maiores problemas de nosso município é o calamitoso estado em que se encontram as escolas municipais, conclamo, nesta oportunidade, todos os Edis desta Casa para uma rápida análise desse quadro, na busca de soluções e alternativas para que o aparelho educacional possa cumprir efetivamente o seu papel de modificador do comportamento do homem, tornando-o mais reflexivo, mais participante, mais solidário, mais humano e mais responsável.

Entendo como obrigação de todos nós, independentemente de correntes ideológicas e partidárias, subirmos a esta tribuna tantas vezes quantas forem necessárias para denunciar irregularidades e apontar caminhos para a superação dos problemas que afligem a população. Desnecessário seria discorrer aqui sobre a crescente importância da educação num mundo informatizado e moderno como o atual e a sua marginalização imposta à sociedade brasileira pelos governos autoritários.

As mudanças vividas recentemente pela conjuntura política apontam para novas perspectivas no sentido de se reverter o descaso com que a educação vem sendo tratada.

Sr. Presidente, sou obrigado a chamar a atenção do Plenário. Estamos sempre falando em ética, em decoro parlamentar e toda vez que um orador chega a esta tribuna não consegue expressar um pensamento sem ser interrompido com conversas paralelas e, agora, em alta voz. Assim, gostaria de pedir silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Srs. Vereadores, solicito a atenção dos Srs. Vereadores para o orador que se encontra na tribuna.

O Sr. Brasil Vita - Nobre Vereador, é praxe, não neste Parlamento, mas em todos os Paramentos do Mundo, a discussão por vezes totalmente ausente da palavra do orador. Vou contar a V.Exa. um fato histórico: V.Exa. vai registrar-ló e tenho certeza que até o fim do seu mandato V.Exa. vai usar esta história com grande discernimento. Disraeli, quando jovem, foi candidato à Câmara dos Comuns, mais tarde Lord Beaconsfield e Primeiro Ministro da Rainha Vitória. Disraeli, jovem como V.Exa., iniciava o seu discurso na Câmara dos Comuns e não conseguia ser ouvido, porque lá, naquele tempo, também havia conversas paralelas no plenário. Ele, irado, como V.Exa. está, dirigiu-se depois do discurso à Presidência dos "tories", dos Conservadores, e disse: "Sr. Presidente, veja V.Exa., eu, grande orador, eu, Disraeli, quando assomei à tribuna da Câmara dos Comuns, por mais brilhante fosse, não consegui fazer com que me ouvissem. Veja, Sr. Presidente, um grande orador." Ao que o Presidente, com a sua grande sabedoria disse: "Meu caro jovem, é que você ainda não é orador, por que se fosse, todos o ouviriam". É o que digo a V.Exa.

O SR. JÚLIO CÉSAR FILHO - Perfeito. Que fique registrado o brilhante aparte do nobre Vereador Brasil Vita.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Nobre Vereador Julio Cesar Filho, V.Exa. permita-me fazer apelo a pessoas não Vereadores, para não circularem no plenário. A Presidência pede ao Serviço de Som para descontar o meu pronunciamento do tempo do orador.

Esta Presidência combinou com os jornalistas de que é possível, para facilitar o trabalho dos cinegrafistas, a circulação desses no plenário, mas pede aos senhores jornalistas para não adentrarem junto as mesas do plenário, evitando entrevistas neste recinto durante a sessão.

O SR. JÚLIO CÉSAR FILHO - Obrigado.

So gostaria de ressaltar ao Vereador Brasil Vita que eu realmente não me sinto um grande orador, estou fazendo a minha estréia nesta tribuna.

Mas, insisto, que a educação e a ética são pertinentes a todos os parlamentares.

Louve-se nesse sentido, a nomeação, pela Prefeita Luíza Erundina, de uma autoridade no campo educacional do quilate do Professor Paulo Freire para a Secretaria de Educação do Município.

Pois precisamente o Professor Paulo Freire, em pronunciamento publicado em suplemento do Diário Oficial do Município de 1º de fevereiro de 1989, revelava sua preocupação com a situação das escolas municipais, em clara discrepância com as condições imprescindíveis da prática pedagógica adequada à consecução dos objetivos da educação.

Denuncia o Senhor Secretário que faltam mais de 30 mil conjuntos de carteiras e cadeiras para os alunos; mesas para os professores; que a conservação dos prédios é deficiente, que 40% dos professores estão exercendo funções comissionadas (precariedade, portanto); que a deficiência de atendimento à demanda deixa fora da escola um sem número de crianças, jovens e adultos e que a população tem buscado formas de suprir tais deficiências do ensino formal criando alternativas à margem do sistema oficial.

Ora, Senhores, a Constituição Federal estabelece, nos termos do parágrafo 2º do artigo 211 do Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, que: "Os municípios a tuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar (1º grau e pré-escola); o artigo 212 determina aos municípios a aplicação, na educação, no mínimo, de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, sendo que o parágrafo 5º do referido artigo aponta como fonte adicional de recursos, a contribuição do salário-educação, instituído pela Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964 e atualmente regulamentado pelo Decreto-Lei nº 1.422, de 23 de outubro de 1975.

A Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, ainda em vigor, fixa as diretrizes e bases para a educação em todo o território nacional e determina, no artigo 41 do Capítulo VI, do financiamento, que "A educação constitui dever da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das empresas, das famílias e da comunidade em geral, que entrarão recursos e esforços para promovê-la".

O parágrafo 3º do artigo 54 desse mesmo Capítulo determina que a concessão do auxílio financeiro aos programas de educação dos municípios, integrados nos planos estaduais, far-se-á mediante convênio, com base em planos e projetos apresentados pelas respectivas administrações e aprovados pelos conselhos de educação.

O artigo 20 do Capítulo II, do Ensino de 1º Grau, determina: "O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada a matrícula."

Através desta exposição, Senhor Presidente e nobres Colegas, podem Vossas Excelências aquilatar a seriedade com que estamos analisando o problema e a tentativa que fazemos em busca de solução. Todas as pesquisas feitas pelo nosso gabinete apontaram para o recurso do salário-educação como fonte adicional de renda a ser aplicada exclusivamente no ensino fundamental e pré-escolar.

No Governo Mário Covas, durante a gestão da Sra. Guiomar Namó de Mello na Secretaria da Educação, foram utilizados os recursos do salário-educação em vários projetos, o que imprimiu àquela administração um dinamismo evidente na área educacional.

Subseqüentemente, o autocrático e desastroso Governo Jânio Quadros, marcou-se nesse campo pelo retrocesso, com o lamentável e arbitrário episódio da revogação do Regimento Comum das Escolas Municipais, regimento este amplamente discutido pela Rede Oficial de Ensino no Município e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, o que deixou todos os alunos nesses quatro anos de arbitrariedade sujeitos ao risco da não-regularização de sua vida escolar. Foi preciso que a Senhora Prefeita Luíza Erundina corrigisse tal descalabro através do Decreto nº 27.615, de 1º de janeiro de 1989, que revogou a medida arbitrária, revalidando o Decreto nº 21.811, de 27 de dezembro de 1985, referente ao Regimento Comum das Escolas Municipais; a correta atitude da Sra. Prefeita deu ensejo a que o Conselho Estadual de Educação, ato contínuo, covalidasse todos os atos escolares resguardando os direitos dos alunos.

E não paramos por aí, Senhores: quanto ao salário-educação obtivemos junto à Secretaria de Estado da Educação a informação de que dos 2/3 destinados aos Estados e que podem ser aplicados tanto na melhoria da rede física como para merenda escolar, apenas uma pequena parcela destinada à merenda vem sendo encaminhada aos municípios.

Quanto ao 1/3 restante, que deveria ser aplicado em projetos específicos (aprovados pelo Ministério da Educação), apuramos ainda que o Município de São Paulo, nos últimos anos simplesmente não se beneficiou de um só cruzado desses recursos disponíveis.